

«Modernizar a Idade Média». Introdução¹

Filipe Alves Moreira (IF – Universidade do Porto)

Marta Costa (CITCEM – Universidade do Porto)

Paula Almeida Mendes (CITCEM – Universidade do Porto)

Pedro Monteiro (IF – Universidade do Porto)

As disciplinas e áreas de estudo das Humanidades têm adotado, tradicionalmente, uma divisão cronológica dos respetivos objetos de estudo que, em relação ao espaço europeu, estabelece a separação entre uma Época Medieval e uma Época Moderna (ou «Renascentista», de acordo com uma terminologia menos globalizante e mais específica de áreas como a literatura e as artes plásticas), divisão essa que tem reflexos na organização institucional dos saberes, a qual, por sua vez, tende a fomentar e acentuar a especialização e a insulação dos investigadores numa ou outra dessas épocas. A realidade empírica revela, contudo, e por contraste, um panorama bastante mais diversificado, sobretudo para os séculos XIII a XVII: estruturas de pensamento e formas artísticas surgidas na chamada Época Medieval persistem nos séculos XVI e XVII; muitas obras e autores medievais são importantes modelos e fonte de autoridade para autores posteriores; figuras históricas ou literárias medievais desempenham importantes papéis no processo de constituição de identidades e afirmação discursiva do poder de agentes da Época Moderna; a consideração da existência de ruturas estéticas ou ideológicas resulta, por vezes, mais da adoção e normalização acrítica de discursos «de vanguarda» de tipo minoritário produzidos à época do que da efetiva existência de tais ruturas, e muitas obras medievais subsistem exclusiva ou maioritariamente em testemunhos (manuscritos ou impressos) posteriores, o que indicia que, de algum modo, se mantinham *atuais*. Diversos investigadores têm, por isso, posto em causa a operacionalidade e/ ou a rigidez das divisões cronológicas tradicionais e chamado a atenção para a necessidade de se constituírem equipas e trabalhos conjuntos entre medievalistas e modernistas de formação. Apesar disso, as divisões tradicionais persistem e parecem de boa saúde, com as consequências a que atrás aludíamos.

Tendo em vista este cenário, desafiámos um conjunto de especialistas de diferentes áreas – filologia, filosofia, história, estudos literários, história da arte – cujos trabalhos se têm ocupado, entre outros aspetos, de várias formas de persistência e receção de temas, figuras e textos da Época Medieval na Época Moderna a refletirem em conjunto, e a partir de estudos de caso centrados no espaço ibérico, sobre os desafios colocados por essa perspetiva às tradicionais delimitações cronológicas, problematizando continuidades e ruturas. Surgiu, assim, em finais de 2019, o colóquio «Modernizar a Idade Média», organizado conjuntamente por dois centros de investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (o Instituto de Filosofia e o CITCEM²) a cujas equipas pertencem quer medievalistas, quer modernistas de formação que têm dedicado especial atenção a esta problemática. O presente *dossier* de artigos tem como ponto de partida esse colóquio, posteriormente alargado a outros contributos. Contém um conjunto de estudos que

¹ A organização deste dossier faz parte do projeto de investigação «El legado historiográfico de Alfonso X (1270–1350): teoría histórica, tradiciones literarias y textos inéditos (LEHIAL)» (PGC2018-097250-B-I00), financiado pelo Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades del Gobierno de España.

² O colóquio teve também o apoio do projeto MELE (*Da Memória Escrita à Leitura do Espaço*, POCI-01-0145-FEDER-032673, co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

mostram a persistência, a receção e/ou a refuncionalização de textos, imagens, objetos artísticos e formas de pensamento medievais ao longo da Época Moderna. Em alguns casos, acentua-se a forma como a Época Moderna adaptou - «modernizou» - a herança medieval, noutros realçam-se também as continuidades. Procura-se, deste modo, realçar a importância do conhecimento da Idade Média para o estudo de séculos posteriores, bem como a importância do conhecimento dos séculos XVI, XVII e XVIII como contexto de receção da cultura medieval que, com frequência, se constitui como um filtro que, consciente ou inconscientemente, condiciona a forma como os medievalistas encaram o seu objeto de estudo e constroem os seus cânones.

Cristina Sobral aborda os moldes em que o tema do batismo é equacionado por Fr. Diogo do Rosário na *Historia das vidas & feitos heroicos & obras insignes dos sanctos* (1567). Elegendo como objeto de estudo três santas de culto imemorial – Tecla, Bárbara e Cristina –, cujas *legendae* estavam relacionadas com o sacramento do batismo, inscrito em circunstâncias que se poderão considerar pouco ortodoxas, a autora lança uma renovada luz sobre esta problemática, inscrevendo-a no contexto do impacto e da aplicação das diretrizes tridentinas no domínio da hagiografia e das práticas espirituais desses tempos.

João Durães revisita o tema dos varões apostólicos, largamente tratado pela historiografia eclesiástica, nomeadamente no âmbito do debate em torno das origens do cristianismo na Hispânia. Neste sentido, o autor centra a sua atenção na figura de São Torcato, um dos varões apostólicos da Península Ibérica, questionando o facto de, em meados do século XVII, existirem quatro versões da sua hagiografia, reclamando cada uma delas um estatuto de veracidade e de fidedignidade e apresentando um conjunto de explicações e releituras que se tornarão mais compreensíveis à luz de um movimento de erudição eclesiástica e de rivalidades de vária natureza que marcou os tempos pós-Trento.

Francisco Bautista estuda a história de um exemplar impresso da *Crónica de España* atribuída a Afonso X, editada por Florián de Ocampo, que foi cotejado por Juan Páez de Castro com um testemunho manuscrito pertencente à biblioteca do Marquês de Santillana, contextualizando-o no quadro da emergência da filologia romance em Espanha, no século XVI.

Equacionando o problemático e «movediço» conceito de cânone, Barry Taylor centra a sua atenção na tradução em latim de *La Celestina* (1624), da responsabilidade de Kaspar von Barth. Chamando a atenção para a produção literária daquele filólogo alemão, Taylor destaca, justamente, o facto de esta espelhar, em boa medida, o florescimento do latim na moldura literária de Seiscentos, no Ocidente, escorado no seu ancestral prestígio, mas também os moldes em que se processou a receção da literatura espanhola na Alemanha.

O estudo de Mariana Leite constitui um significativo contributo para a história da tradução da Bíblia em Portugal. Realçando a fortuna que a *Historia Scholastica* de Pedro Comestor foi conhecendo desde o século XII, no contexto europeu, apresentada através de várias e diferentes traduções, adaptadas às necessidades de diversificadas franjas de leitores, a autora inscreve a produção da Bíblia de Lamego nesse contexto, realçando o facto de esta ter como destinatária imediata a comunidade judaica.

Revisitando a figura de Santo António, Paula Almeida Mendes realça os moldes em que se processou a cristalização da devoção em torno deste religioso franciscano na moldura literária. O artigo sublinha a multiplicidade de textos que, desde a Idade Média, foram contribuindo para sustentar a tradição antoniana, que, de resto, não escaparia ao olhar crítico de viajantes oriundos de países reformados.

Madalena Costa Lima acompanha o despontar do reconhecimento dos valores de memória enquanto qualidades dos monumentos ou dos bens patrimoniais e a tensão

Filipe Alves Moreira, Marta Costa, Paula Almeida Mendes, Pedro Monteiro
III

existente entre eles e os valores de modernidade, ou novidade, tendo por base as categorias assim definidas por Alois Riegl e Françoise Choay.

Por último, Ana Catarina Necho analisa algumas características inovadoras do *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, de Ribeiro Sanches, confrontando-as com as práticas e discursos médicos e políticos da Idade Média e inícios da Época Moderna.